

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO LUIS ROBERTO BARROSO
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

LINDBERGH FARIAS, brasileiro, deputado federal (PT/RJ) e líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 227, Brasília/DF, vem, por intermédio de seus advogados subscritores, com fundamento no artigo 102, I, "a", da CF; artigo 300 do CPC; e, artigo 4º da Lei 9.882/1999, ajuizar

**MEDIDA CAUTELAR
COM PEDIDO LIMINAR DE TUTELA DE URGÊNCIA**

para que se impeça a aplicação, direta ou indireta, de sanções unilaterais impostas por governo estrangeiro estadunidense contra o ministro do STF, Alexandre de Moraes, por instituições financeiras que operam Brasil.

I. DOS FATOS E FUNDAMENTOS.

1. Em 30 de julho de 2025, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, por meio da OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), anunciou a **imposição de sanções ao ministro Alexandre de Moraes**, do Supremo Tribunal Federal, com base na "Lei" Global Magnitsky.
2. As sanções incluem o **bloqueio de ativos sob jurisdição dos EUA, proibição de entrada no território americano e vedação a qualquer transação com pessoas físicas ou jurídicas norte-americanas.**
3. Embora formalmente limitadas à jurisdição dos EUA, tais sanções têm **efeitos reputacionais e financeiros globais**, e frequentemente geram

pressão sobre instituições financeiras de outros países, notadamente aquelas com operações ou vínculos no sistema bancário internacional.

4. A presente ação busca **impedir que agentes ou instituições financeiras que operam no Brasil adotem medidas que deem eficácia material, direta ou reflexa, à sanção estrangeira**, sob pena de violação à soberania nacional e à independência funcional do Supremo Tribunal Federal.
5. Em especial, teme-se que instituições bancárias **encerrem contas, bloqueiem ativos ou restrinjam serviços bancários ao ministro Alexandre de Moraes**, em suposto cumprimento à decisão unilateral do governo norte-americano.
6. Tal prática seria **inconstitucional e atentatória à autoridade do Poder Judiciário brasileiro**, pois transformaria uma medida estrangeira em instrumento de retaliação política contra ministro da Suprema Corte.
7. O artigo 1º, inciso I, da Constituição da República consagra a soberania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, o que significa, em termos práticos, que **nenhuma decisão de governo estrangeiro pode ter efeitos vinculantes dentro do território nacional sem o devido processo legislativo interno**, pois, implica o direito exclusivo do Estado brasileiro de regular, aplicar e fazer cumprir normas jurídicas em seu território, inclusive no que tange à validade de sanções patrimoniais (artigos 8º e 9º da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro) e, na prática, representaria uma **transferência de soberania normativa e jurisdicional, incompatível com o arcabouço constitucional vigente**.
8. O artigo 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) dispõe que **a lei estrangeira só terá aplicação no Brasil nos casos expressamente autorizados**, incorporados por meio de tratados internacionais ratificados pelo Congresso Nacional, sendo vedada a imposição automática de efeitos jurídicos provenientes de decisões externas.
9. Da mesma forma, o artigo 4º, inciso I, da Constituição estabelece como princípio das relações internacionais do Brasil a **independência nacional**, reforçando a **vedação a ingerências externas sobre as decisões de autoridades constituídas**.
10. A aplicação de sanções extraterritoriais a ministros da Suprema Corte por atos praticados no exercício da função jurisdicional **viola a cláusula**

pétrea da separação de Poderes (art. 2º da CF) e afronta diretamente a **garantia da independência judicial** (art. 95 da CF).

11. A proteção da **independência do Poder Judiciário** é cláusula pétrea da Constituição (art. 60, §4º, III, da CF), sendo dever dos demais Poderes e instituições zelar para que **magistrados possam exercer suas funções livres de constrangimentos internos ou externos**.
12. A preservação da autoridade do Supremo Tribunal Federal é pressuposto para a própria estabilidade do sistema democrático, sendo inaceitável que decisões de seus ministros possam ser **submetidas a retaliações econômicas por interesses geopolíticos ou pressões externas**.
13. A estratégia política por trás da sanção é declarada: pretende-se **usar a pressão econômica e reputacional sobre o ministro Alexandre de Moraes como meio para forçar mudanças em decisões judiciais válidas**, como o **juízo relacionado à trama golpista**, sobretudo em relação ao núcleo crucial, demais inquéritos sob a sua relatoria, como **desinformação por fake news e ataques antidemocráticos das milícias digitais**, bem como a própria decisão colegiada relativa à **regulamentação das redes sociais contra os interesses tecnofeudalistas das chamadas Big Techs**.
14. Esse tipo de conduta estrangeira, fomentada por agentes brasileiros que desamam a própria Pátria, embora dissimulado sob o rótulo de política internacional, configura na essência um **ataque institucional transnacional contra a soberania judicial brasileira**, algo que não pode ser tolerado ou normalizado sob qualquer pretexto.
15. Permitir que decisões político-administrativas de um país estrangeiro, ainda que revestidas de aparência legal, tenham efeitos concretos sobre autoridades nacionais sem homologação ou recepção normativa interna, equivale a aceitar a **extraterritorialidade da jurisdição norte-americana sobre o sistema financeiro e institucional brasileiro**.
16. A sanção imposta pelos EUA ao ministro Alexandre de Moraes **não decorre de sentença penal condenatória, nem de processo judicial contraditório**, mas sim de **ato político-administrativo unilateral de governo estrangeiro**.

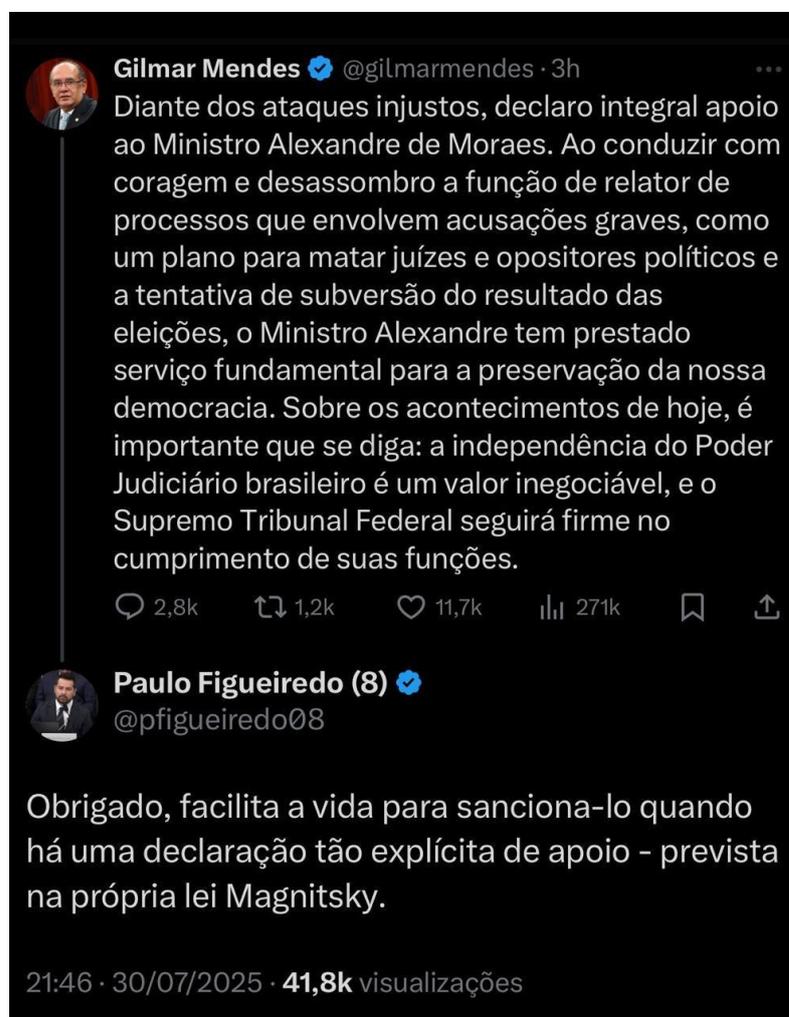
17. Portanto, **qualquer tentativa de aplicar essa sanção no território nacional configuraria inaceitável submissão inconstitucional do Estado brasileiro a decisão externa não reconhecida em lei ou tratado.**
18. O bloqueio de contas ou o encerramento de contratos com o ministro Alexandre de Moraes por instituições estatais brasileiras, com base em decisão estrangeira, **implicaria em coação a um membro do Poder Judiciário no pleno exercício de sua função.**
19. A situação se agrava pelo fato de que **a sanção dos EUA foi articulada com agentes políticos brasileiros**, em caráter de **colaboração contra o Brasil e os interesses nacionais**, notadamente o deputado Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo, que publicamente confessaram a estratégia de usar sanções internacionais como **instrumento de chantagem contra membros do STF**, exigindo a anistia como condição para retirada das punições.
20. Isso configura, em tese, **coação no curso do processo** (art. 344 do CP), **obstrução de justiça** (artigo 2º, §1º, da Lei nº 12.850/2013), **crime contra a soberania nacional (artigo 359-I do CP)**, **associação criminosa** (artigo 288 do CP), **atentado à liberdade de magistrado** (artigo 36 do Decreto-Lei nº 4766/1942) e **entendimento para gerar conflito com o Brasil** (artigo 141 do CPM c/c artigo 9º, I, ambos do CPM) como já vem sendo apurado em inquéritos próprios nesta Corte, a exemplo do Inq nº 4995.
21. Não se trata, portanto, de uma divergência política ou crítica institucional, mas de uma **operação de guerra híbrida com potencial para minar a estabilidade democrática e funcional do sistema de justiça brasileiro.**
22. A Constituição confere às instituições financeiras autorização para operar em território nacional no sentido de instrumentalizar as atividades bancárias e de crédito com vistas ao desenvolvimento econômico do país e não para se tornarem **agentes indiretos de execução de política externa de outra nação.**
23. O risco de que instituições financeiras se curvem ao arbítrio estrangeiro, seja por conveniência, receio ou adesão ideológica, **é real e iminente**, como já se observou em episódios anteriores de sanções econômicas aplicadas por potências unilaterais a pessoas físicas de outros países.
24. Os bancos que operam no Brasil mantém relações e contas no exterior, participa de consórcios financeiros com bancos norte-americanos e opera

com plataformas que exigem validação de *compliance* global, o que pode gerar **efeitos reflexos indevidos sobre clientes brasileiros atingidos por sanções externas**.

25. A tutela cautelar aqui pleiteada visa impedir que esse cenário se concretize, garantindo **plena eficácia da Constituição brasileira dentro do território nacional**, sem submissão a políticas externas unilaterais.
26. O artigo 300 do Código de Processo Civil art. 300 admite a concessão de tutela de urgência quando presentes **probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo**, requisitos plenamente configurados no presente caso, a partir da **possibilidade de que, nos próximos dias, instituições financeiras públicas ou controladas pela União adotem medidas concretas¹ contra o ministro Alexandre de Moraes**, seja por iniciativa própria ou em resposta a pressões externas: basta que um único gerente de agência, por precaução, ordem de superior ou medo de sanções secundárias, cancele uma conta, bloquee um saldo ou impeça uma transação para que o dano institucional já esteja consumado.
27. A **probabilidade do direito** decorre dos dispositivos constitucionais citados e da jurisprudência consolidada do STF em **defesa da soberania, da independência judicial e da dignidade institucional dos seus ministros**.
28. Trata-se, portanto, de tutela **inibitória e preventiva**, destinada a **impedir a consumação de uma ilegalidade gravíssima** com potencial de repercussão sistêmica.
29. Ainda que o ministro sancionado possa buscar reparação posterior, a **lesão à sua imagem pública, à funcionalidade de sua vida pessoal e à autoridade da jurisdição constitucional será, em grande medida, irreversível**.
30. A presente cautelar tem por objetivo proteger **não apenas um cidadão brasileiro injustamente alvejado por sanção estrangeira, mas a integridade funcional da mais alta Corte do país** — que está sob ataque permanente de agentes internos, com repercussão internacional —, cuja **independência é condição de possibilidade da democracia constitucional**.

¹ <https://noticias.uol.com.br/colunas/leticia-casado/2025/07/31/bancos-stf-sancao-moraes.htm>

31. O ataque exterior com a participação de agentes internos possui a natureza direta de *Contempt of Court*, fundamento jurídico que permite ao STF **vindicar a sua autoridade para proteger a administração da justiça** na sua missão constitucional de **guardião da Constituição**, e que atinge contornos relevantes a partir do caráter internacional que viola o **núcleo essencial da Constituição, atingindo a nossa soberania e a independência judicial**, o que representa **perigoso precedente de subordinação da jurisdição nacional a interesses geopolíticos estrangeiros**, com risco de repetição futura contra qualquer outro magistrado, parlamentar ou autoridade pública, num **contexto permanente de ameaças e chantagens dirigidas a outros ministros da Corte** pelos agentes colaboracionistas²:



32. É dever do STF, como guardião da Constituição, **reafirmar que nenhuma autoridade brasileira pode sofrer efeitos jurídicos dentro do**

² <https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2025/07/gesto-de-eduardo-bolsonaro-para-barroso-e-gilmar-e-encarado-no-stf-como-ameaca.ghtml>

território nacional por decisão estrangeira não homologada e sem amparo no ordenamento interno e afirmar de maneira clara e inequívoca a ineficácia jurídica de tais sanções em território nacional, para impedir que qualquer agente público lhe confira validade prática no Brasil.

33. A concessão da tutela não impede discussões diplomáticas ou administrativas posteriores entre Estados soberanos, mas impede que instituições financeiras que operam no Brasil **atuem como *longa manus* de potências externas no cerceamento de direitos e funções públicas nacionais.**
34. Por essas razões, requer-se **liminarmente** que Vossa Excelência **proíba qualquer instituição financeira que operam no Brasil de executar, replicar, aderir ou aplicar, de forma direta ou indireta, quaisquer efeitos das sanções impostas ao ministro Alexandre de Moraes por decisão do governo dos Estados Unidos, para preservar a autoridade e independência da jurisdição constitucional brasileira e a soberania do Estado brasileiro diante de interferências internacionais inaceitáveis.**
35. Ao final, requer-se a **confirmação da medida cautelar** e a comunicação da decisão ao Banco Central e a todas as instituições financeiras que operem no Brasil, para ciência e cumprimento imediato.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 31 de julho de 2025.

LINDBERGH FARIAS
Deputado Federal (PT/RJ)
Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados

REINALDO SANTOS DE ALMEIDA
OAB/RJ 173.089